

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	32
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	33
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	34
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	35
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.136
Preferenciais	10.164
Total	15.300
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	0	17.281	18.704	22.841
1.01	Ativo Circulante	985	1.974	3.064
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	0	0
1.01.03	Contas a Receber	984	1.974	3.064
1.01.03.01	Clientes	616	1.837	2.960
1.01.03.01.01	Clientes	717	1.967	3.091
1.01.03.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-101	-130	-131
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	368	137	104
1.02	Ativo Não Circulante	16.296	16.730	19.777
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	409	2.280	2.379
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.901	1.901
1.02.01.01.03	Créditos Tributários	0	1.901	1.901
1.02.01.03	Contas a Receber	409	379	478
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	409	379	478
1.02.02	Investimentos	15.797	14.377	17.369
1.02.02.01	Participações Societárias	15.797	14.377	17.369
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	15.162	13.397	16.364
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	635	980	1.005
1.02.04	Intangível	90	73	29
1.02.04.01	Intangíveis	90	73	29

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	17.281	18.704	22.841
2.01	Passivo Circulante	4.477	2.805	4.236
2.01.02	Fornecedores	35	67	15
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.442	2.714	3.320
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.379	2.204	2.469
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.985	439	557
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	78	71	294
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	867
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	867
2.01.06	Provisões	0	24	34
2.01.06.02	Outras Provisões	0	24	34
2.02	Passivo Não Circulante	315.422	301.840	300.287
2.02.02	Outras Obrigações	308.887	301.446	300.072
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	275.436	246.377	226.824
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	275.436	246.377	226.824
2.02.02.02	Outros	33.451	55.069	73.248
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições Sociais	33.451	55.069	73.248
2.02.04	Provisões	6.535	394	215
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.535	394	215
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	278	394	215
2.02.04.01.05	Provisões IRPJ diferido	4.587	0	0
2.02.04.01.06	Provisões CSLL diferido	1.670	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-302.618	-285.941	-281.682
2.03.01	Capital Social Realizado	22.809	22.809	22.809
2.03.01.01	Capital Social	15.300	15.300	15.300
2.03.01.02	Correção Monetária de Capital	7.509	7.509	7.509
2.03.02	Reservas de Capital	3.877	3.877	3.877
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.116	12.330	12.740

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	9.116	12.330	12.740
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-338.261	-324.842	-321.198
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-159	-115	90

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.682	7.433	10.830
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-482	-968	-1.402
3.03	Resultado Bruto	3.200	6.465	9.428
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-575	-3.619	-1.176
3.04.01	Despesas com Vendas	-18	-17	-47
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-330	-786	-2.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.309	-22	262
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.082	-2.794	831
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.625	2.846	8.252
3.06	Resultado Financeiro	-12.954	-6.900	-27.571
3.06.01	Receitas Financeiras	18.715	17.658	104
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.669	-24.558	-27.675
3.06.02.01	Despesas financeiras - capital de giro	-2	-79	-387
3.06.02.02	Outras despesas financeiras	-31.667	-24.479	-27.288
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.329	-4.054	-19.319
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.257	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.586	-4.054	-19.319
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.586	-4.054	-19.319

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.586	-4.054	-19.319
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-44	-205	-2.927
4.02.02	Ajuste de avaliação patrimonial	-44	-214	-9
4.02.03	Variação cambial sobre investimento	0	9	99
4.02.04	Estorno de créditos tributários	0	0	-3.017
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.630	-4.259	-22.246

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.708	5.976	7.064
6.01.01.01	Resultado líquido do Exercício	-16.586	-4.054	-19.319
6.01.01.02	Juros sobre impostos	-18.715	-17.658	0
6.01.01.03	Atualização de partes relacionadas	30.293	22.923	24.421
6.01.01.04	Provisões para contingências	125	515	173
6.01.01.06	Provisão para devedores duvidosos	-29	-1	32
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	-2.082	2.794	-831
6.01.01.08	Variação monetárias ativas	1	7	0
6.01.01.09	Provisões perda de investimentos	345	25	0
6.01.01.10	IRPJ e CSLL diferidos	6.257	0	0
6.01.01.11	Variações diversas ativas	1.901	0	0
6.01.01.12	Atualização de impostos	1.198	1.425	2.588
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.707	-5.976	-7.064
6.01.02.01	Clientes	1.249	1.117	2.979
6.01.02.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0	-61
6.01.02.04	Estoque	0	0	-15
6.01.02.05	Intangível	-17	-44	-29
6.01.02.06	Outras contas a receber	-35	27	49
6.01.02.07	Fornecedores	-32	53	11
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-2.373	-2.552	-3.248
6.01.02.09	Debêntures a pagar	0	0	-741
6.01.02.10	Provisões para Contingências	-241	-298	-649
6.01.02.11	Partes relacionadas	-1.234	-3.370	-5.514
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-24	-9	-12
6.01.02.13	Investimentos	0	-33	0
6.01.02.14	Empréstimos e financiamentos	0	-867	166
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.809	12.330	3.877	-324.842	-115	-285.941
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.809	12.330	3.877	-324.842	-115	-285.941
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.586	-44	-16.630
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.586	0	-16.586
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-44	-44
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação patrimonial	0	0	0	0	-44	-44
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-3.214	0	3.167	0	-47
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-3.214	0	3.214	0	0
5.06.04	Baixa de realização da reserva	0	0	0	-47	0	-47
5.07	Saldos Finais	22.809	9.116	3.877	-338.261	-159	-302.618

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.809	12.740	3.877	-321.198	90	-281.682
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.809	12.740	3.877	-321.198	90	-281.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.054	-205	-4.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.054	0	-4.054
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-205	-205
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	-214	-214
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	9	9
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-410	0	410	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-410	0	410	0	0
5.07	Saldos Finais	22.809	12.330	3.877	-324.842	-115	-285.941

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.809	13.399	3.877	-299.515	0	-259.430
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.809	13.399	3.877	-299.515	0	-259.430
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.336	90	-22.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.319	0	-19.319
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.017	90	-2.927
5.05.02.06	Estorno de créditos tributários	0	0	0	-3.017	0	-3.017
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimentos	0	0	0	0	99	99
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	-9	-9
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-659	0	653	0	-6
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-653	0	653	0	0
5.06.04	Estorno da reserva de reavaliação	0	-6	0	0	0	-6
5.07	Saldos Finais	22.809	12.740	3.877	-321.198	90	-281.682

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.711	7.436	11.049
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.682	7.435	11.075
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	29	1	-26
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.686	-766	-2.225
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.686	-766	-2.225
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.025	6.670	8.824
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.025	6.670	8.824
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.540	14.864	935
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.082	-2.794	831
7.06.02	Receitas Financeiras	18.715	17.658	104
7.06.03	Outros	-6.257	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.565	21.534	9.759
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.565	21.534	9.759
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	482	1.030	1.403
7.08.02.01	Federais	390	782	1.132
7.08.02.02	Estaduais	0	248	271
7.08.02.03	Municipais	92	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.669	24.558	27.675
7.08.03.01	Juros	31.669	24.558	27.675
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.586	-4.054	-19.319
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.586	-4.054	-19.319

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhores acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referente ao exercício social de 2010.

1. Auditores independentes

Com intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a Directa Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2010.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração da companhia agradece aos seus colaboradores, aos fornecedores e instituições financeiras pela credibilidade e confiança e aos acionistas e conselheiros pelo apoio nas decisões que vêm sendo tomadas.

A Administração.

Notas Explicativas**HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES**

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em reais mil, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL**a) Atividades desenvolvidas**

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

b) Situação patrimonial e financeira

A situação patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 é como segue.

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	543	5.640	7.421
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(10.329)	(4.054)	(19.319)
Capital de giro	(3.492)	(831)	(1.172)

A manutenção dos indicadores operacionais abaixo do esperado ao longo dos últimos anos, aliado à discussão relacionada à liquidação de tributos federais e com as consequências que poderiam advir, nos termos descritos na Nota 11(b), representam importantes desafios a serem superados para a normal continuidade operacional da Companhia, que está fortemente ligada à superação dos aspectos acima descritos e pela manutenção das ações objeto do seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos são:

- Incrementar os negócios por agregação de valor aos produtos, bem como pelo lançamento de novos produtos licenciados e ingresso em novos canais de venda;
- Obter novos recursos em processo de capitalização e reorganização societária.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Elaboração das Demonstrações Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos existentes e introduziu novos dispositivos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.) e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia efetuou a mudança nas práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo a Deliberação CVM nº 610/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

2.2. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

A Companhia adotou os novos pronunciamentos pela primeira vez em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo 1º de janeiro de 2009 considerado como data de transição para o IFRS. As informações acerca de sua adoção inicial estão demonstradas na nota explicativa 3.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia está apresentando em seu conjunto de demonstrações contábeis:

- i) Balanço patrimonial;
- ii) Demonstração do resultado;
- iii) Demonstração do resultado abrangente;
- iv) Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- v) Demonstração dos fluxos de caixa;
- vi) Demonstração do valor adicionado; e
- vii) Notas explicativas.

2.3. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor; ou valor justo, quando aplicável.

A elaboração das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

2.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Autorização da conclusão das demonstrações contábeis

Em Reunião de Diretoria realizada em 30 de março de 2011, foi autorizada a conclusão das demonstrações contábeis, que depois de concluídas, serão submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

3. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

As demonstrações contábeis da Companhia até 31 de dezembro de 2009 eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

a. Aplicação do CPC 37

A Companhia efetuou os ajustes da adoção dos novos pronunciamentos técnicos para a adequação ao padrão internacional para os saldos em 31 de dezembro de 2010, realizando os respectivos ajustes retroativos sobre o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009, para a apresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 em padrão comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26.

Assim, as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações apresentadas de acordo com o IFRS, conforme descrito na nota explicativa 2.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição em 1º de janeiro de 2009 de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 37, não aplicando as exceções obrigatórias e isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS, uma vez que estas não se aplicaram à Companhia, pois não houve diferenças significativas com relação à práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas, ou não se aplicavam aos negócios da Companhia.

As diferenças entre os saldos apurados segundo as práticas internacionais (IFRS) em relação aos saldos apurados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão explicadas no item 3(b) e seus efeitos apresentados no item 3(d). As demonstrações contábeis, exceto quanto à utilização da equivalência patrimonial, para avaliação dos investimentos, requerida no Brasil pela legislação societária, estão de acordo com os IFRS.

Notas Explicativas

b. Ajustes na data de transição para IFRS

Descrição das principais diferenças entre IFRS e BRGAAP, que afetaram as demonstrações contábeis da Companhia:

Instrumentos financeiros - apresentação:

b.1. Títulos descontados:

Anteriormente as normas contábeis brasileiras permitiam que títulos descontados fossem apresentados como redutores das respectivas contas a receber no ativo circulante. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39, considerando a primazia da essência sobre a forma, os títulos de clientes descontados pela Companhia foram reclassificados para o passivo circulante, considerando que os riscos de crédito da transação permanecem essencialmente com a Companhia.

b.2. Depósitos judiciais:

Por determinação da CVM, os depósitos judiciais eram apresentados como redutores dos respectivos tributos a pagar no passivo não circulante. Conforme o CPC 39, um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados, e o montante líquido apresentado nas demonstrações contábeis, quando, e somente quando, a entidade dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido. Assim, parte dos depósitos judiciais anteriormente apresentados em conta redutora de passivos contingenciais foram reclassificados e estão apresentados no ativo não circulante, por não atenderem à condição de compensação.

c. Descrição de outras adaptações aos CPCs:

c.1. Demonstração do resultado iniciando pela receita líquida operacional:

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado, iniciando pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta.

Notas Explicativas

d. Conciliações entre as práticas contábeis anteriores e o IFRS:

	31/12/09		31/12/09	01/01/09		01/01/09
	IFRS	Ajustes de transição	BR GAAP Ajustado	IFRS	Ajustes de transição	BR GAAP Ajustado
Ativo circulante						
Clientes	1.967		1.967	3.091		3.091
Títulos descontados (b.1)	-		-	-	867	(867)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(130)		(130)	(131)		(131)
Outras contas a receber	137		137	104		104
Total ativo circulante	1.974		1.974	3.064	867	2.197
Ativo não circulante						
Créditos tributários	1.901		1.901	1.901		1.901
Depósitos judiciais (b.2)	297	(117)	414	396	(79)	475
Outras contas a receber	82		82	82		82
Participação em coligada	13.397		13.397	16.364		16.364
Outros investimentos	980		980	1.005		1.005
Intangível	73		73	29		29
Total ativo não circulante	16.730	(117)	16.847	19.777	(79)	19.856
Total do Ativo	18.704	(117)	18.821	22.841	788	22.053
	31/12/09		31/12/09	01/01/09		01/01/09
	IFRS	Ajustes de transição	BR GAAP Ajustado	IFRS	Ajustes de transição	BR GAAP Ajustado
Passivo circulante						
Fornecedores	67		67	15		15
Empréstimos e financiamentos (b.1)	-		-	867	867	-
Impostos e contribuições sociais	2.714		2.714	3.320		3.320
Outras contas a pagar	24		24	34		34
Total passivo circulante	2.805	-	2.805	4.236	867	3.369
Passivo não circulante						
Impostos e contribuições sociais	55.069		55.069	73.248		73.248
Partes relacionadas	246.377		246.377	226.824		226.824
Provisão para contingências (b.2)	394	(117)	511	215	(79)	294
Total passivo não circulante	301.840	(117)	301.957	300.287	(79)	300.366
Passivo a descoberto						
Capital social	22.809		22.809	22.809		22.809
Reservas de capital	3.877		3.877	3.877		3.877
Reservas de reavaliação	12.330		12.330	12.740		12.740
Outros resultados abrangentes	(115)		(115)	90		90
Prejuízos acumulados	(324.842)		(324.842)	(321.198)		(321.198)
Total do passivo a descoberto	(285.941)	-	(285.941)	(281.682)	-	(281.682)
Total do Passivo	18.704	(117)	18.821	22.841	788	22.053

4. EFEITOS DOS AJUSTES DE IFRS NAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia deve apresentar os impactos nos saldos de ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante, patrimônio líquido e lucro líquido do exercício nas informações trimestrais em março, junho e setembro de 2010, as quais serão reapresentadas até a data da entrega das informações trimestrais do trimestre a findar-se em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

Exercicio de 2010	30 setembro de 2010		30 junho de 2010		31 março de 2010	
	Original	A representar	Original	A representar	Original	A representar
Ativo circulante	1.097	1.097	1.287	1.287	1.874	1.874
Ativo não circulante	20.399	20.344	16.669	16.564	16.676	16.555
Passivo circulante	4.465	4.465	2.969	2.969	2.988	2.988
passivo não circulante	306.173	306.118	315.514	315.409	310.032	309.911
Patrimonio Líquido	(289.142)	(289.142)	(300.527)	(300.527)	(294.470)	(294.470)
Prejuízo líquido do período	(3.174)	(3.174)	(14.627)	(14.627)	(8.587)	(8.587)

5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir e vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposto em contrário.

a. Contas a Receber de Clientes

Referem-se a valores a receber de clientes registrados pelo valor faturado, incluídos os respectivos impostos e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, e representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos.

b. Investimentos

O investimento na empresa coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida em conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no grupo de "Outros Resultados Abrangentes", no patrimônio líquido para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento.

c. Intangível

O ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição ou formação, representado por direitos de uso de softwares, os quais são amortizados de acordo com o tempo de vida útil estimada, às alíquotas descritas na nota explicativa 8; e marcas e patentes, os quais são registrados ao custo histórico.

d. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são

Notas Explicativas

identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável de um ativo, a Companhia constitui provisão para deterioração, para ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

e. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos, até a data base das demonstrações contábeis, que são equivalentes ao seu reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e mensuração subsequente ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

f. Provisões

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões efetuadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e trabalhistas, os quais são provisionados mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Os processos considerados com risco de perda possível são apenas objeto de divulgação, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impostos

g.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O Imposto de Renda é calculado e registrado sobre lucro tributável, apurado com base no resultado anual relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual excedente a R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

Notas Explicativas

g.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerando créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e passivo não circulante (nota 9).

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

g.3. Impostos Recuperáveis

Os custos dos serviços prestados são apresentados líquidos dos impostos recuperáveis, em função da sistemática da não-cumulatividade.

g.4. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISSQN	2,50%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Notas Explicativas

h. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-lo.

Os passivos são atualizados, quando pertinente, pelas taxas de câmbio, variações monetárias incorridas e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação seja provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os itens de ativo e passivo não circulante estão ajustados a valor presente, quando aplicável.

i. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. As despesas são reconhecidas à medida que são efetivamente incorridas.

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo transcorrido, com base no método da taxa efetiva de juros.

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos forem gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita e o custo decorrente de serviços prestados, quando aplicável, são reconhecidos no resultado em função de sua efetiva prestação.

j. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, também emitido pelo CPC.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Duplicatas a receber	717	1.967	3.091
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(101)	(130)	(131)
	616	1.837	2.960

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante os exercícios foi como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2009	131
(-) Baixas ou perdas ocorridas	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	130
(-) Baixas ou perdas ocorridas	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	101

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2010, por idade de vencimento, era como segue:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Valores não vencidos	566	1.299	2.990
Vencidos até 30 dias	50	567	-
Vencidos há mais de 181 dias	101	101	101
	717	1.967	3.091

7. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

Investimento na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Dados do investimento			
Capital social	28.794	28.794	28.794
Patrimônio Líquido	136.349	120.485	148.258
% de participação	11,12	11,12	11,07
Resultado do exercício	18.719	(25.242)	7.511
Ações possuídas (milhares)	5.247	5.247	5.247
Pelo valor patrimonial ajustado	13.397	16.364	18.388
Ajustes por mudança de práticas contábeis	-	-	78
Estorno de créditos tributários	-	-	(3.017)
Estorno de reavaliação de coligada	(47)	-	(6)
Aquisição de investimentos	-	32	-
Ajuste de avaliação patrimonial em coligada	(44)	(205)	90
Juros sobre capital próprio a distribuir	(226)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	2.082	(2.794)	831
Participação em coligada	15.162	13.397	16.364

Em 1º de janeiro de 2009 a Companhia realizou o ajuste de R\$ 78, sendo R\$ 88 na conta de resultados acumulados e R\$10 na conta de ajuste de avaliação patrimonial, como reflexo dos ajustes realizados na sua coligada Mundial S.A., referente baixa de saldo de provisão para perda relativa às coligadas Cia Florestal Zivi - Hercules e Mundial Europa.

Notas Explicativas

8. INTANGÍVEL

Composição do Intangível:

		31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Custo corrigido	Valor residual	Valor residual	Valor residual
Marcas e patentes	90	90	73	29
	90	90	73	29

	Marcas e Patentes
Saldo em 01/01/09	29
Adições	44
Saldo em 31/12/09	73
Adições	17
Saldo em 31/12/10	90

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL- DIFERIDO

O valor de R\$ 6.257, registrado na rubrica de provisão de imposto de renda e contribuição social, foi constituído em função dos efeitos na adesão ao parcelamento Ajustar, e a realização do referido tributo se dará em 120 meses.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Composição:

Notas Explicativas

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
REFIS (Nota 11)	14.173	14.173	14.173
REFIS Lei nº 11.941/2009 (a)	5.466	6.540	-
PAES (Federal/INSS/FNDE) (a)	-	-	15.874
AJUSTAR - ICMS (b)	17.144	36.126	35.433
PIS (c)	78	72	693
COFINS (c)	390	364	5.477
IPI	-	-	4.299
Parcelamento de FGTS	-	-	84
Outros parcelamentos (d)	463	496	510
Outros impostos	179	12	25
	37.893	57.783	76.568
Passivo circulante	4.442	2.714	3.320
Passivo não circulante	33.451	55.069	73.248

Os parcelamentos classificados no passivo não circulante tem a seguinte composição de vencimento por ano:

2012	3.686
2013	3.695
2014	2.778
2015 em diante	8.651
Total	18.810
Refis (saldo congelado), PIS COFINS (c)	14.641
Total passivo não circulante	33.451

(a) REFIS Lei 11.941 – Parcelamento Especial

A Companhia incluiu seus débitos de impostos federais, inclusive os provenientes do Parcelamento Especial – PAES, e débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, no Parcelamento Federal instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com as devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa acumulados até 31 de dezembro de 2008 e com prazo de pagamento do parcelamento em até 180 meses, com atualização pela SELIC. A Companhia está aguardando a homologação do parcelamento pela Secretaria de Receita Federal (SRF) e vem recolhendo mensalmente o valor de R\$ 133.

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos mensais, como condição essencial à manutenção do parcelamento, sendo que o não cumprimento desta obrigação implicará na rescisão do referido parcelamento.

(b) Adesão ao AJUSTAR - ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (AJUSTAR) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715 (nota 18).

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 17.144, que será pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela SELIC com recolhimento mensal de R\$ 165.

(c) PIS, COFINS

Refere-se a compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal - SRF, pendentes de homologação.

Notas Explicativas

(d) O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 463, e com pagamentos mensais de R\$7.

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

Estimando-se que a Companhia venha a crescer à razão de 3% ao ano e ainda que as amortizações ocorram obedecendo aos critérios da Resolução CG/REFIS nº 004, a dívida será amortizada em aproximadamente 1.800 meses, conforme as projeções de crescimento do faturamento e de juros futuros, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Assim, foi calculada uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante a valor presente de R\$ 14.173 (R\$ 610 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). O saldo contábil da dívida está congelado desde 31 de dezembro de 1999.

Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 2.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção). Em 31 de dezembro de 2010 essa exigibilidade montaria a R\$ 443.604, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 429.431.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/10
PIS	2.597	1.519	4.116	3.808	(76)	7.848
COFINS	9.619	7.266	16.885	15.617	(311)	32.191
IPI	22.450	22.819	45.269	41.870	(834)	86.305
IRRF	2.323	2.321	4.644	4.296	(86)	8.854
CSLL	16.183	-	16.183	14.968	(298)	30.853
IRPJ	33.724	-	33.724	31.192	(621)	64.295
INSS	27.950	23.934	51.884	47.989	(956)	98.917
	114.846	57.859	172.705	159.738	(3.182)	329.261

Notas Explicativas

b) A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Porém, conforme ficha 13 do programa do REFIS da Companhia, tal litígio consta como tendo sido incluído. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem garantido sua manutenção no programa através de medidas judiciais. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

12. GARANTIAS PRESTADAS

Em garantia dos parcelamentos com a Secretaria de Receita Federal – SRF e da Secretaria da Receita Estadual - SEFAZ, foram dados terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da coligada Mundial S.A. e terrenos e imóveis das coligadas indiretas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A..

13. PARTES RELACIONADAS

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	272.469	2.967	-	275.436
Despesas financeiras	30.293	-	-	30.293
Em 31 de dezembro de 2009				
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	243.410	2.967	-	246.377
Contas a receber por vendas	-	-	20	20
Despesas financeiras	23.043	-	-	23.043
Em 01 de janeiro de 2009				
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	223.858	2.966	-	226.824
Contas a receber por vendas	-	-	26	26
Despesas financeiras	25.364	-	-	25.364

O saldo de R\$ 272.469 em 31 de dezembro de 2010 com a coligada Mundial S.A. teve origem na operação de compra em 1988 das unidades de talheres, baixelas e cutelaria (Fabricas 2 e 8) da então coligada Eberle S.A., hoje sucedida pela Mundial S.A.. A Companhia efetuou pagamentos à coligada Mundial S.A. no montante de R\$ 1.300 em 2010, com perspectiva de crescimento considerável no próximo exercício face ao crescimento expressivo das vendas de produtos licenciados.

Os saldos passivos por mútuo em 31 de dezembro de 2010 estão sujeitos à variação mensal do IPCA – IBGE e juros de 6% ao ano, com vencimento final previsto para 2011.

Notas Explicativas**14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia classifica os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrando o montante avaliado como perda provável, considerado suficiente para cobrir perdas que possam vir a ocorrer.

a) Características do montante:

Processos trabalhistas - Em 31 de dezembro de 2010, os processos trabalhistas são relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras e adicional de periculosidade

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Provisões trabalhistas	333	511	294
Depósitos judiciais	(55)	(117)	(79)
	<u>278</u>	<u>394</u>	<u>215</u>

As causas tributárias anteriores a dezembro de 1999 foram incluídas no REFIS e as posteriores a esta data, incluídas no PAES e no Parcelamento AJUSTAR - ICMS.

b) Contingências com probabilidade de perda possível:

As causas consideradas como perdas possíveis não estão registradas, mas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, devem ser divulgadas. Em 31 de dezembro de 2010, as causas consideradas de perda possíveis, conforme estimativa dos advogados da Companhia, são as seguintes:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Provisões trabalhistas	755	825	825
Provisões cíveis	10.686	15.848	18.557
	<u>11.441</u>	<u>16.673</u>	<u>19.382</u>

Composição das contingências com risco de perda possível:

Provisões trabalhistas - São relativas basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras e adicional de periculosidade.

Provisões cíveis - São constituídas por ação de rescisão de contratos de representação comercial e ação de cobrança de honorários advocatícios com respectivos pedidos de indenização.

Notas Explicativas**15. PASSIVO A DESCOBERTO****Capital autorizado**

É dividido em 50.597.929 ações ordinárias e 101.195.858 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Capital subscrito

É dividido em 5.135.950 ações ordinárias e 10.164.050 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por reserva de ágio sobre ações e reserva de incentivos fiscais.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

Outros resultados abrangentes

E composto pelo saldo da variação cambial reflexa sobre os investimentos no exterior da coligada Mundial S.A – Produtos de Consumo.

16. AJUSTES POR MUDANÇA DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados
Saldo em 31/12/2008	80	(321.286)
Baixa de provisão para perda em investimento	10	88
Saldo em 01/01/09 (Ajustado)	90	(321.198)

Os ajustes acima apresentados são reflexo dos ajustes realizados na sua coligada Mundial S.A., referente ao estorno da provisão para perda das controladas Cia Florestal Zivi - Hercules e Mundial Europa. Assim, as informações apresentadas em 01 de janeiro de 2009 foram alteradas para fins de comparabilidade.

Notas Explicativas**17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Baixa de créditos tributários	(1.901)	-
Outras despesas operacionais	(408)	(22)
	<u>(2.309)</u>	<u>(22)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/2009</u> <u>Ajustado</u>
Receitas Financeiras		
Receitas financeiras	-	121
Efeitos financeiros sobre a adesão ao Ajustar/2010 e Lei 11.941/2009	18.715	17.537
	<u>18.715</u>	<u>17.658</u>
Despesas financeiras	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Receitas financeiras com partes relacionadas	(30.293)	(23.043)
Atualização de impostos e outras despesas financeiras	(1.376)	(1.515)
	<u>(31.669)</u>	<u>(24.558)</u>
Resultado financeiro	<u>(12.954)</u>	<u>(6.900)</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Receita Bruta de Vendas		
Mercado Interno	3.682	7.433
Deduções sobre vendas		
Impostos sobre Vendas	(482)	(968)
Receita Operacional Líquida	<u>3.200</u>	<u>6.465</u>

Notas Explicativas

20. SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas em apólice global para a Companhia e suas coligadas diretas e indiretas, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice prevê coberturas contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

DIRETORIA E CONSELHO DA HERCULES

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Cristiano Jacó Renner – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente e de Relações com o Mercado

Julio Cesar Camara – Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

Contador

Marcelo Fagundes de Freitas

CRC nº 1RS 057349/O-7 S SP – CPF: 526.944.020-20

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Relatório não aplicável a Companhia.

Proposta de Orçamento de Capital

Relatório não aplicável a Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Relatório não aplicável a Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme comentado na nota explicativa 1(b) às demonstrações contábeis, a Companhia vem apurando prejuízos constantes em suas operações, redundando na situação de passivo a descoberto, o que sugere dúvidas sobre a continuidade normal de suas atividades. Na mesma nota explicativa, a Administração da Companhia apresenta sumariamente os planos de ação que estão sendo implementados para superar esta situação e permitir a continuidade normal das suas operações. Neste sentido, as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas.

Conforme mencionado na nota explicativa 11(b), a Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Essa exclusão foi judicialmente contestada pela Companhia, que obteve medida liminar assegurando sua manutenção no referido Programa, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão de tal litígio no REFIS. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham a ser proferidas em seu favor.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 30 de março de 2011.

CRC N° 2SP013002/O-3

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
CT CRC N° 1SP114365/O-0 "S" RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Hercules S.A – Fábrica de Talheres, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, Directa Auditores, com data de 31 de março de 2011, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 30 de março de 2011.
Michael Lenn Ceitlin – Presidente
Paulo Roberto Leke – Vice Presidente
Cristiano Jacó Renner - Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Parecer e Declaração dos Diretores

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da Hercules S.A. – Fabrica de talheres, abaixo assinados, declaram que:

(a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Directa Auditores, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e

(b) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 30 de março de 2011.
Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente de Relações com o Investidor
Julio Cesar Camara – Diretor
Marcelo Fagundes de Freitas - Diretores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Parecer e Declaração dos Diretores

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da Hercules S.A. – Fabrica de talheres, abaixo assinados, declaram que:

(a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Directa Auditores, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e

(b) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 30 de março de 2011.
Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente de Relações com o Investidor
Julio Cesar Camara – Diretor
Marcelo Fagundes de Freitas - Diretores